

# ADPEMA

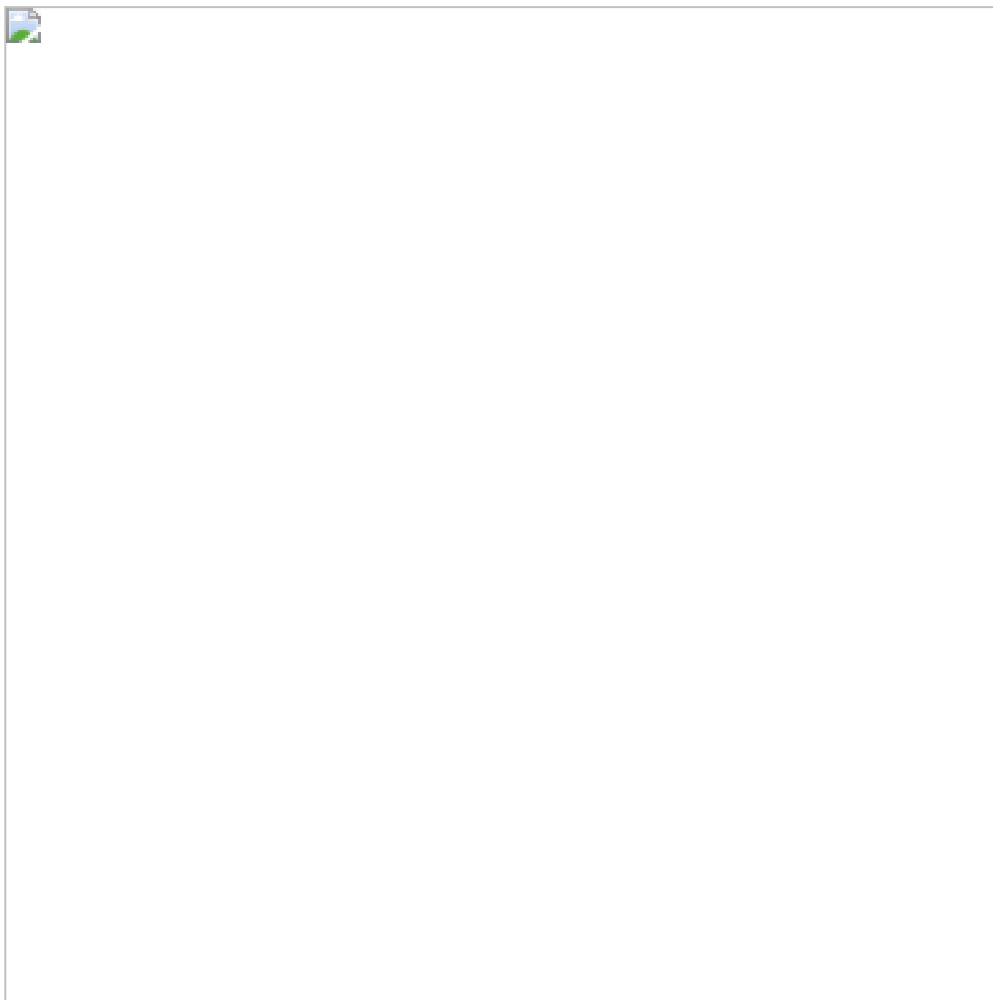


## Notícias

Informativo da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão

Nº 4 - 26/02/2016

### ADPEMA Noticias 36



---

26/02/2016 - Conselho Superior aprova pleito da ADPEMA sobre compensação de plantões

Ofício nº 09/2016 – ADPEMA

São Luís, 05 de fevereiro de 2016.

Excelentíssima Senhora  
Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública Geral do Estado do Maranhão  
Mariana Albano de Almeida

**Assunto: Pedido de regulamentação da compensação do plantão**

Excelentíssima Senhora Presidente,

A última Assembleia Geral Extraordinária da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão - ADPEMA teve como ponto de pauta a regulamentação pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão da compensação do plantão exercido pelos Defensores Públicos. Após discussão sobre a forma desta regulamentação e o fato de a ADPEMA já ter feito tal pedido de regulamentação em algumas sessões pretéritas do Conselho Superior, restou deliberado em AGE que seria encaminhado formalmente, por meio do presente ofício, pedido de regulamentação da compensação do plantão ao Conselho Superior da instituição.

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão aprovou, na manhã desta sexta-feira (26), por unanimidade, o pleito da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA), de regulamentação da compensação dos plantões cumpridos pelos Defensores Públicos.

A reivindicação foi feita ano passado pela ADPEMA, por meio de manifestação oral, em sessão do Conselho Superior e formalizada este ano pelo ofício nº 09/2016-ADPEMA, datado de 5 de janeiro deste ano (VER FOTO). Além de apresentar sugestão para a regulamentação da compensação dos plantões, o ofício encaminhado pela ADPEMA considerou "a urgente necessidade de adequar as condições de trabalho do Defensor à realidade vivida na sua atuação, a fim de que esta seja cada vez mais efetiva e de qualidade e sempre com respeito à sua dignidade".

Foi deliberado que a cada dia de plantão, o Defensor Público terá direito a 7 (sete) dias de folga, em atividades de plantão, tais como audiências de custódia ou pedidos de internação. Na primeira Assembleia Geral Extraordinária de 2016, realizada pela entidade, o pleito da compensação de plantões também constou na pauta, gerando em seguida o documento que oficializou a solicitação ao Conselho Superior da DPE.

A regulamentação da compensação de plantões é mais um vitória da classe que encontrou o amparo legítimo nas finalidades institucionais da ADPEMA no pleito aprovado.

**26/02/2016 - ANADEP lança campanha permanente**



**VOCÊ SABIA QUE A  
DEFENSORIA PÚBLICA  
EXISTE PARA GARANTIR  
O SEU DIREITO?**

A Defensoria Pública  
já realizou mais de  
**10 MILHÕES**  
de atendimentos  
em todo o Brasil.

**GARANTIR O SEU  
DIREITO É NOSSO  
MAIOR FEITO.**



**ANADEP**  
Associação Nacional dos Defensores Públicos

Está na Constituição: A Defensoria Pública existe para garantir os direitos do cidadão brasileiro. A Defensoria é responsável pela orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

#### **E onde e como buscar estes direitos?**

Pensando nisso, a ANADEP, em parceria com as Associações Estaduais, lança neste mês de fevereiro a **campanha: Garantir seu direito é nosso maior feito**. Vamos destacar a representatividade da Defensoria Pública para a sociedade e a atuação do defensor público nas principais demandas que afligem a população.

“**Garantir seu direito é nosso maior feito**” será um movimento permanente durante o ano de 2016.

De acordo com o IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil, desde 2009, a Defensoria Pública cresceu 176%. São 5.528 defensores que atenderam mais de 10 milhões de pessoas em todo o país. Um média de 1.869 atendimentos por defensor público.

E você também pode participar!

Nas redes sociais, utilize a tag **#DefensoriaSim**.

Fonte: Ascom ANADEP

---

## 26/02/2016 - Receber a denúncia sem fundamentar é nulo, diz STJ



O Superior Tribunal de Justiça, julgando recurso em Habeas Corpus (59.759), interposto pela Defensoria Pública de Santa Catarina, anulou o processo em que a decisão de recebimento foi omissa quanto aos fundamentos fático e jurídicos no tocante aos pressupostos processuais e condições da ação, em especial justa causa. A fundamentação é garantia democrática.

Confira o acórdão em anexo

Fonte: Empório do Direito

---

## 26/02/2016 - ADPEMA e AMMA realizam evento em homenagem ao dia internacional da Mulher



A Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA), em parceria com a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), vai homenagear as mulheres de carreira jurídica com uma palestra e um coquetel, no próximo dia 8 de março, às 19h, no auditório da AMMA, no Calhau. Com o tema "Mulher: carreira em segundo lugar? Estereótipos e barreiras à igualdade de gênero no trabalho", a Doutoranda e Mestre em Direito do Trabalho pela USP (Universidade de São Paulo), Regina Stela Corrêa Vieira vai abordar um tema atual e bastante debatido.

Regina Stela é coordenadora do Grupo de Pesquisa Direito da Seguridade Social, Gênero e Pobreza da USP e membro do projeto "Feminicídio: quando a desigualdade de gênero mata" sobre a tipificação do crime na América Latina, do Mackenzie de São Paulo. É professora e pesquisadora da igualdade de gênero, voltados aos direitos das mulheres no trabalho.

A presidente da ADPEMA, Clarice Binda, destaca que o número de mulheres ocupando cargos no sistema de justiça brasileiro costuma ser sempre inferior a 50%, em diferentes carreiras jurídicas. "Na Defensoria Pública do Maranhão somos pouco mais de 40% do quadro. O evento é uma iniciativa para debatermos a questão da igualdade de gênero na função, já que contribuimos igualmente no que diz respeito à qualidade de prestação jurisdicional", comenta.

## **SERVIÇO**

**O quê?** Palestra com o tema: "Mulher: carreira em segundo lugar? Estereótipos e barreiras à igualdade de gênero no trabalho"

**Quem?** Regina Stela Corrêa Vieira, doutoranda e mestre em Direito do Trabalho pela USP (Universidade de São Paulo). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direito da Seguridade Social, Gênero e Pobreza da USP e membro do projeto "Feminicídio: quando a desigualdade de gênero mata" sobre a tipificação do crime na América Latina, do Mackenzie de São Paulo. É professora e pesquisadora da igualdade de gênero, voltados aos direitos das mulheres no trabalho.

**Quando?** 8/03/2016

**Local?** Auditório da AMMA (Rua Luís Eduardo Magalhães, 20, Calhau)

**Horário?** 19h

---

## 25/02/2016 - Defensor Público Associado participa de posse de novo membro no Conselho Penitenciário do MA



O coordenador do Núcleo de Execução Penal (NEP) da DPE/MA e vice-presidente do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão (COPEN), o Defensor Público Associado, Bruno Dixon Maciel, participou de posse do juiz Gladiston Cutrim como membro do COPEN.

A solenidade foi realizada na Corregedoria Geral da Justiça com a presença da corregedora Anildes Cruz, o presidente do COPEN, Gerson Lélis, dos conselheiros Francisco Conceição (representante da OAB), Francisca Moraes (Conselho de Psicologia do Maranhão), Maria da Paz Calvet (Conselho de Serviço Social do Maranhão) e Luís Carlos Cintra (representante dos Direitos Humanos). Durante a cerimônia, os membros do COPEN deram as boas vindas ao magistrado empossado e parabenizaram a Corregedoria pela acessibilidade e disposição de enfrentar os problemas do sistema penitenciário.

Gladiston Cutrim disse que a participação da CGJ no COPEN é de extrema importância para o acompanhamento das ações que envolvem todo o sistema penitenciário do Estado. “Trabalharemos em conjunto com os outros 14 membros do Conselho para aprimorar o funcionamento do Sistema”, explicou o juiz.

**ATRIBUIÇÕES** - o COPEN é um órgão consultivo e fiscalizador que tem, entre outras atribuições, inspecionar estabelecimentos e serviços penais, emitir, por exemplo, pareceres sobre a redução ou substituição de pena. É composto por membros nomeados pelo governador do Estado e de diferentes órgãos: Poder Judiciário, Ordem dos Advogados do Brasil, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEJAP), Ministério Público Estadual – MPMA, Ministério Público Federal - MPF, Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Secretaria de Estado da Mulher, Defensoria Pública do Estado e União, Conselho Regional de Medicina, Conselho Regional de Serviço Social, Conselho Regional de Psicologia, Conselho Estadual de Direitos Humanos e Conselho da Comunidade.

## 25/02/2016 - ADPEMA e ANADEP fazem mobilização na votação do PL3123



Em Brasília, a Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP) se mobiliza novamente para acompanhar o andamento da votação do PL (Projeto de Lei) 3123/15, que regulamenta o teto remuneratório para todo o funcionalismo público e disciplina a aplicação do limite máximo remuneratório mensal de agentes políticos e públicos, previsto pelo inciso XI do caput e os §9º e § 11, do artigo 37, da Constituição. Os Defensores Públicos do Maranhão estão representados pela Presidente da ADPEMA, Clarice Binda, que também ocupa o cargo de Diretora de Assuntos Legislativos da ANADEP.

A votação estava marcada para acontecer na quarta-feira (24), mas foi adiada para a próxima quarta (02/03). O texto do Projeto de Lei original passou, com substitutivo, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e pela Comissão de Constituição e Justiça, mas ainda restava ser votado na Comissão de Finanças e Tributação. Como se encontrava em regime de urgência constitucional, o projeto foi direto para votação em Plenário, tendo sido designado como relator o Deputado Ricardo Barros (PP/PR), que apresentou o relatório na tarde de terça (23). A discussão do projeto se alongou até a noite de ontem (24).

A mobilização junto aos congressistas tem como objetivo esclarecer a necessidade de evitar distorções que inviabilizem a continuidade do serviço público, já que o limite remuneratório do teto inclui, no referido projeto de lei, verbas que configuram contraprestação de trabalho a mais, desenvolvido pelo defensor público.

Na tarde desta quarta-feira (24), foi retirada a urgência constitucional do projeto e, por um acordo dos líderes, retirado da pauta de votação para possibilitar aprofundamento da discussão com as carreiras do serviço público atingidas pelo projeto.

---

## 24/02/2016 - Defensor Público Associado participa de audiência pública na Comunidade do Cajueiro



O Defensor Público Associado Alberto Guilherme Tavares, titular do Núcleo de Moradia e Defesa Fundiária, da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), participou recentemente de audiência pública realizada pela Comunidade do Cajueiro, situada na Vila Maranhão, em São Luís, para tratar dos impactos decorrentes da implantação de um terminal portuário no local. Também esteve no local o vereador Honorato Fernandes que destacou os rumos da luta que vem sendo travada pelos moradores da comunidade, movimentos sociais, pesquisadores e agentes públicos contra a instalação do empreendimento na região.

Realizada na Associação de Moradores do Cajueiro, a audiência pública foi aberta com uma intervenção artística denominada “Cajueiro Resiste”. Dando sequência, representantes da comunidade, de movimentos sociais e de algumas entidades esclareceram a comunidade, quanto à conjuntura jurídica, limitações legais e trâmites administrativos que rondam o processo de conflito.

Em sua participação, Alberto Tavares explicou como está a situação do litígio entre a comunidade e empresa WPR São Luís Gestão de Portos. “Alguns avanços foram alcançados nos processos envolvendo o Cajueiro, mas, de modo geral, certos pontos permanecem estagnados. Mesmo assim, é preciso destacar que os moradores têm a seu favor uma sentença judicial que protege a posse da comunidade e impede que a WPR faça o que vinha fazendo logo que chegou, colocando cancelas, impedindo a construção, pesca e derrubando algumas casas. Agora, a DPE estuda como se contrapor à licença concedida pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado. No entanto, a realidade é que a sentença judicial garante a posse à comunidade do Cajueiro e essa realidade se sobrepõe a qualquer tipo de licença ou alvará”, esclareceu o defensor.

Além do defensor público e do vereador Honorato, também estavam a vereadora Rose Sales, o presidente da Associação de Moradores do Cajueiro, Davi de Jesus Sá; o presidente do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Alfredo Costa; o representante da Promotoria de Conflitos Agrários, Haroldo Paiva; o advogado ambiental Guilherme Zagalo. Na ocasião, o vereador Honorato falou das denúncias que vem realizando com relação aos indícios de irregularidade que permeiam o processo de compra do terreno do Cajueiro pela WPR, empresa responsável pela construção do terminal portuário.

Fonte: Com informações da Ascom DPE/MA

---

**24/02/2016 - ANADEP e SDH discutem proposta de parceria para a realização de cursos voltados a defensores públicos**





A diretoria da ANADEP reuniu-se nesta terça-feira (23) com o coordenador-geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), Cláudio Augusto Vieira da Silva. O encontro ocorreu em Brasília, na sede da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Participaram da reunião o presidente da ANADEP, Joaquim Neto; a vice-presidente, Marta Zanchi; e a diretora da Escola Nacional dos Defensores Públicos (ENADEP), Fernanda Mambrini Rudolfo. O Sinase busca articular em todo o território nacional os governos estaduais e municipais, o Sistema de Justiça e as políticas setoriais básicas (Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, etc.) para assegurar efetividade e eficácia na execução das Medidas Socioeducativas de Meio Aberto, de Privação e Restrição de Liberdade, aplicadas ao adolescente em conflito com a lei. A coordenadoria do Sinase integra o Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Criança e do Adolescente da SDH/PR)

Na ocasião, o coordenador falou da possibilidade de a ANADEP e ENADEP firmarem uma parceria com a SDH para a promoção de cursos de ensino a distância e presenciais aos defensores públicos com o objetivo de integrá-los na divulgação e capacitação de pautas convergentes em prol da proteção de direitos da criança e do adolescente.

Segundo Silva, a capacitação das pessoas que atuam no sistema é fundamental. “Já temos toda a plataforma digital pronta e um curso voltado para os defensores que atuam na área da infância é importante para construirmos e debatermos o Sinase com os nossos parceiros. É preciso investir na formação e expandir conhecimento”, pontua.

**ENS e portal:** Cláudio Augusto falou sobre o funcionamento da Escola Nacional de Socioeducacão (ENS). A Instituição foi criada com o objetivo de proporcionar formação continuada para os diferentes profissionais que atuam direta ou indiretamente no Sinase. Também apresentou o site da Escola (<http://ens.sinase.sdh.gov.br/>).

O Portal é bastante diversificado. Nele é possível encontrar links sobre os Núcleos Regionais, panorama dos cursos realizados, biblioteca e a área da tecnologia (vídeos, ambiente virtual de aprendizagem e outros). A área de cursos também está disponível na página. Ao todo são três categorias: básico, específico e o de especialização. A ENS tem parceria com a Universidade de Brasília, que contribui para a gestão do site e para o desenvolvimento de cursos, dentre eles, especialização e extensões, com metodologias de ensino de educação a distância e semipresenciais.

Os diretores da ANADEP abordaram sobre o trabalho das Comissões Temáticas da ANADEP, entre elas, a da Infância e Juventude e ratificaram o interesse de firmarem parceria para a elaboração do

curso. "Temos um trabalho muito intenso na área da infância. Lançamos recentemente uma cartilha voltada para os conselheiros tutelares. A publicação é da ANADEP e da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Defensoria do Rio de Janeiro", disse Marta Zanchi.

Fonte: Ascom Anadep

---

## 23/02/2016 - Defensora Pública defende presença de psicólogos na Defensoria Pública em palestra no CE



A Defensora Pública, Clara Welma Florentino e Silva, associada da ADPEMA, participou do evento "Diálogos Interdisciplinares: o papel da Defensoria Pública e da Psicologia de Direitos Básicos", realizado no último dia 20 de fevereiro (sábado), no auditório da Faculdade Maurício de Nassau, em Fortaleza (CE). Clara Welma reafirmou o pressuposto de que o Direito é a ciência que cuida da aplicação das normas jurídicas vigentes em um País, organizando as relações entre indivíduos e grupos na sociedade. Ela defendeu a interdisciplinaridade com outro campo do conhecimento, a Psicologia para avaliar a aplicação destas leis do ponto de vista humano.

Durante o evento, a Defensora Pública ministrou a palestra intitulada "O que significa acesso à Justiça? O papel da Defensoria Pública na garantia de Direitos Humanos". Na ocasião, ela enfatizou a importância do psicólogo na atuação interdisciplinar do Defensor Público e a luta deste para criação de quadro para os profissionais da Psicologia nos quadros da DPE/MA. "Hoje o psicólogo é fundamental na atuação do Defensor Público principalmente em casos que envolvem violência", declara.

A presença de quadro de servidores próprios com especialistas de diferentes áreas, tais como psicólogos, tem sido uma das reivindicações de vários Defensores Públicos e da ADPEMA para o conjunto de medidas necessárias ao bom desempenho da função.

---

## 23/02/2016 - Escolas terão sigilo para proteger mães vítimas de violência



Uma decisão da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo colocará sob sigilo informações de alunos com mães que estiverem em situação de violência doméstica.

A partir da mudança, é possível inserir e manter em sigilo os dados dos estudantes, como o endereço onde moram estas mães. A decisão foi tomada depois de o Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem) da Defensoria Pública do Estado informarem um caso de um agressor que teria localizado o paradeiro da vítima por meio dos dados cadastrais de seus filhos, que estavam disponíveis no sistema de matrícula.

Agora apenas um servidor da delegacia de ensino da região poderá ter acesso aos dados da criança para saber em que escola ela está matricula e qual é seu endereço residencial. Já as informações não sigilosas estarão disponíveis somente para funcionários que possuem senha pessoal para acesso ao sistema.

Fonte: Estadão/Ascom Anadep

[Ver edições anteriores »](#)



*Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão*  
*Rua Professor Pinho Rodrigues, nº 20, sala 311, Edifício Quartz, Jardim Renascença, São Luis/MA, CEP*  
*65075-740*  
*Tel./Fax: (98) 3199-6194*  
*Cel: (98) 987583882*  
*secretaria@adpema.com.br*